

Docentes do setor da Ifes se mantêm mobilizados em 2013

Disposição e luta são condições para reverter a política de desestruturação da carreira docente aprovada pelo governo federal no final de 2012. A manobra do executivo em nenhum momento desmobilizou os professores que, em março, definirão os planos de luta da categoria, no 32º Congresso do Andes-SN. Novas mobilizações deverão ocorrer em todo o país.

Para o primeiro tesoureiro da Adufes, Thiago Drumond, historicamente o governo tem se valido da experiência sindical para dividir os docentes. “A Lei 12.772/2012 que foi sancionada

sem vetos pela presidente, aprofunda a precarização da carreira e estabelece para 1º de março índices de reajustes de 13 a 32%, segundo as classes e os níveis, ou seja, de forma desigual”, explicou Thiago.

A nova lei não calou o movimento docente. Na avaliação do diretor da Adufes, durante a última greve a categoria conseguiu mostrar os prejuízos contidos no projeto de educação do governo que segue na contramão da proposta de ensino socialmente referenciada e defendida pelo Andes-SN.

“Só com intensa mobilização



Foto: Comunicação Adufes

Durante a greve de 2012, professores e técnico-administrativos realizaram aula pública na Praça Costa Pereira da base é que conseguiremos romper com a imposição do governo e arrancar conquistas reais. Ainda há espaço de luta em defesa da Educação e da carreira docente!”, defendeu Thiago.

Assembleia elege representantes para o 32º Congresso do Andes-SN

Na assembleia realizada em 19/02, foram eleitos os delegados da Adufes que irão participar do 32º Congresso do Andes-SN, que ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro (RJ), entre os dias 4 e 9 de março. Com o tema *Sindicato nacional na luta pelo projeto de educação pública e de condições de trabalho*, o congresso irá definir as linhas políticas de ação da entidade e um plano de lutas para 2013.

A seção sindical poderia eleger até 10 representantes para participar da atividade, sendo 9 vagas destinadas a base e uma para diretoria. Os delegados escolhidos foram os docentes Raphael Goes Furtado, Cenira Andrade de Oliveira, Maria

Daniela de Correia de Macedo, Bernardete Gomes Mian, Valter Pires, Francisco Mauri de Carvalho, Rafael Vieira Teixeira, Claudio Simões Salim, Allan Kardec de Lima, Odiléa Dessaune e, como observadores, Edna Oliveira e Fábio Castro.

Plenária diz não a Comissão de Enquadramento da Nova Carreira Docente. Outro ponto votado pelos professores foi a não participação na Comissão de Enquadramento proposta pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil (Progepaes). De acordo com a plenária, a nova lei de carreira docente fere os direitos construídos historicamente pela categoria. Segundos os professores,

participar desta comissão está na contramão dos interesses defendidos pelo sindicato nacional.

“Um dos pontos mais graves da nova lei de carreira 12.777/2012 é que o governo conseguiu finalmente produzir um corte nos direitos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (Pucrce), que trazia os parâmetros da carreira conquistada pela categoria em 87. Não vamos legitimar a nova carreira, por isso nos manifestamos contrários a participar desta comissão”, disse um docente.

Entenda o caso. A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil (Progepaes), Lúcia Casate, informou

a Adufes, no início do mês de fevereiro, que seria formada uma Comissão de Enquadramento da Nova Carreira Docente. A gestora pediu a diretoria do sindicato que indicasse um docente para acompanhar o processo de implementação da nova Lei de Carreira do Magistério superior, que deve ocorrer até o final de março.

Ação judicial. Ainda na assembleia, foi aprovado o ingresso de uma ação judicial contra a nova Lei de Carreira. Na avaliação geral a lei é inconstitucional. A assessoria jurídica do sindicato irá avaliar os dispositivos e entrará com ação, após o exame técnico do documento.

Seminário destaca a importância das obras de Florestan Fernandes

Funpresp oferece risco para servidores públicos federais

Governo prioriza pagamento de juros ao invés de investir na educação

Seminário destaca importância das obras de Florestan Fernandes

Com o objetivo de divulgar as principais ideias do sociólogo Florestan Fernandes a respeito da interpretação do Brasil e da educação é que foi realizado o I Seminário sobre a vida e a obra do autor, nos dias 20 e 21 de fevereiro. A atividade aconteceu no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), no campus de Goiabeiras, em Vitória. O evento contou com a presença de cerca de 300 participantes, entre acadêmicos e membros de movimentos sociais. O debate foi uma realização da II Turma do Curso de Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (Dep. Economia), do Núcleo Nacional da Escola Florestan Fernandes na Ufes e da Adufes.

A mesa de abertura do evento foi composta pelo integrante da Escola Nacional Florestan Fernandes, Adelar João Pizetta, e pela professora do Departamento de Economia da Ufes, Renata Couto Moreira. O docente aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Ufes, Thi-



Foto: Comunicação Adufes

I Seminário sobre a vida e a Obra de Florestan Fernandes homenageia professor e sociólogo brasileiro.

móteo Camacho e José Paulo Neto, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), apresentaram as obras do sociólogo.

Durante o debate, Thimóteo Camacho destacou a importância da leitura das obras de Florestan na interpretação do Brasil contemporâneo. “Com base na teórica marxista, ele transitou dos clássicos da sociologia para interpretar a formação da sociedade brasileira. Ele criou um novo modo de interpretar a realidade”, lembrou.

A revolução social é um dos temas mais frequentes na

obra do sociólogo. “Uma parte importante da sociologia de Florestan Fernandes concentra-se na pesquisa e interpretação das condições e possibilidades das transformações sociais que estão presentes em boa parte dos escritos”, frisou José Paulo Neto.

Para Solange Brettas, aluna do curso de Ciências Sociais da Ufes, o maior legado do professor é repensar a história do Brasil por meio dos distintos segmentos sociais. “Uma história atravessada por lutas sociais, desde as revoltas de comunidades indígenas contra os colonizadores às lutas contra o regime de trabalho

escravo”, disse a estudante.

O I Seminário sobre a vida e obra de Florestan Fernandes também foi uma realização da Proex-Ufes e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes.

Avaliação. Para a professora Cenira Andrade de Oliveira, do Departamento de Serviço Social, a atividade foi muito importante. “O debate recoloca a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade. Não podemos deixá-la em função do capital, mas sim a serviço da humanidade e, como dizia Florestan, não permitir a *marcha à ré histórica*”, considerou Cenira.

Fórum de Mulheres planeja atividades para o 8 de Março

O Fórum de Mulheres do Espírito Santo, em parceria com movimentos sociais e populares de todo Estado, organiza uma série de atividades no 8 de março, em Vitória. A ideia é fortalecer a data como um dia de luta, que sirva para denunciar o machismo, a violência e a situação de exploração a que

as mulheres, sobretudo as trabalhadoras, estão submetidas. O Espírito Santo é líder nacional no ranking de homicídios de mulheres, como aponta o Mapa da Violência 2012, do Instituto Sangari.

E no dia 08 de março, a Rua Sete Setembro e a Praça Costa Pereira, no Centro, serão palcos de mobilizações.

Um ato público lembrará as mulheres assassinadas vítimas de violência doméstica no Estado. A atividade será a partir das 8 horas. À tarde, a partir das 13h30, haverá panfletagens e um cortejo fúnebre. Os manifestantes sairão da Praça Costa Pereira em direção à Avenida Jerônimo Monteiro.

Atividade de Formação. As atividades do *Dia Internacional da Mulher*, foram iniciadas no dia três de março, na Casa dos Direitos, em Vitória. Durante a ação, as mulheres debateram *Violação de direitos é violência*. No encerramento do evento, foi lançada o logotipo do Fórum de Mulheres.

Funpresp oferece risco para novos e antigos servidores

A Fundação de Previdência Complementar dos servidores do Executivo Federal (Funpresp), foi criada pelo governo com a desculpa de reduzir o falacioso déficit da Previdência, cuja receita, de acordo com a Auditoria da Dívida Cidadã é desviada para outros fins, como o pagamento de juros da dívida pública. A professora Sara Granemann (UFRJ), analisa a Funpresp e destaca, nesta entrevista, os riscos da previdência complementar para os servidores.

Qual a diferença entre a previdência social e a previdência complementar?

A previdência pública possui dois regimes: o geral e o dos servidores (denominado próprio). Em ambos, o princípio é o da repartição: todo mundo contribui e aqueles que alcançam seus direitos passam a receber suas aposentadorias. É um princípio solidário, pois ocorre entre gerações. O regime geral funciona com a mesma lógica, embora mais abrangente. Dentro do mesmo sistema previdenciário, estão diversas categorias. Na proteção à velhice ou contra a doença.

O outro princípio, exatamente o oposto, é o da capitalização. Nele, as aposentadorias devem ser geridas como um investimento, como uma aplicação no mercado de capitais. Cada um tem sua conta em separado dos demais trabalhadores e suas aposentadorias e pensões dependem do sucesso ou fracasso dos investimentos ao longo do período de contribuição do trabalhador. Eu sei quanto pago, por isto contri-

buição definida, não sei quanto receberei no futuro. Aqui, cabe salientar: esta forma "previdência" só é assim denominada para atrair trabalhadores porque, de fato, ela não opera como previdência, mas como um investimento.

Investir na previdência complementar pode ser bom negócio?

Aos que podem fascinar-se com o fato de sua aposentadoria tornar-se um investimento, lembramos sempre que o mercado de capitais quebra. Os fundos de pensão, do Brasil e em muitos países do mundo, com essa grande crise que se abre em 2007, 2008, perderam muito dinheiro. Por isso, as aposentadorias serão menores (que as previstas) ou não serão pagas.

Outro problema é que os fundos de pensão, por suas aplicações em títulos públicos, pressionam os Estados para a manutenção, ou para elevação, das altas taxas de juros, em prejuízo da maior parte dos trabalhadores.

Os novos servidores serão obrigados a aderir?

Não, a lei não pode obrigar a adesão. Seria o mesmo que, a partir de hoje, obrigar aos servidores a comprarem títulos na Bolsa de Valores. Todavia, se os servidores não podem ser obrigados, podem ser constrangidos, seduzidos, induzidos para que ingressem no fundo de pensão. Na minha compreensão, teórica e política, a Funpresp não é uma boa saída para os trabalhadores. Caso a Funpresp-Exe venha a enfrentar dificuldades, algum dia,



o Estado brasileiro não está obrigado a assumi-lo. Não há nenhuma cláusula garantidora destas aposentadorias em caso de quebra do fundo e parece-me lógico - do ponto de vista da mercadoria - que não haja, dado ser ela uma escolha de investidor.

Mas as novas regras passaram a valer para quem ingressou no serviço público desde 4 de fevereiro?

Uma das leituras - não definitiva porque ainda carece aprofundar a análise de muitos documentos e textos legais - compreende que poderíamos ter, ainda, 180 dias para o funcionamento da Funpresp-Exe. Se isso for confirmado, teremos uma margem para "brigar" para que os novos ingressantes na universidade e no serviço público tenham as regras de aposentadoria anteriores à instalação da Funpresp. Claro que todas estas implicações

devem ser avaliadas com rigor porque, com frequência cada vez maior - Justiça e lei não têm operado na mesma direção.

Há implicações para aposentados, pensionistas e servidores da ativa?

Só se aderirem! Dentre estas três condições não existe, absolutamente, motivo para a adesão, pois uns e outros já estão com aposentadorias (e pensões) garantidas. Todavia, as medidas já mencionadas - constrangimento, indução à má escolha, desinformação -, suponho, serão amplamente mobilizadas. De minha parte, penso ser muito importante frisar: os que já são servidores, com direito à aposentadoria nos termos atuais, se aderirem ao fundo, perdem esse direito.

**Texto original da Adufrj - Seção Sindical e editado pela Adufes - Seção Sindical.*

Sara Granemann é professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Estuda há 15 anos o tema da Previdência, que foi objeto de sua tese de doutorado, em 2006.

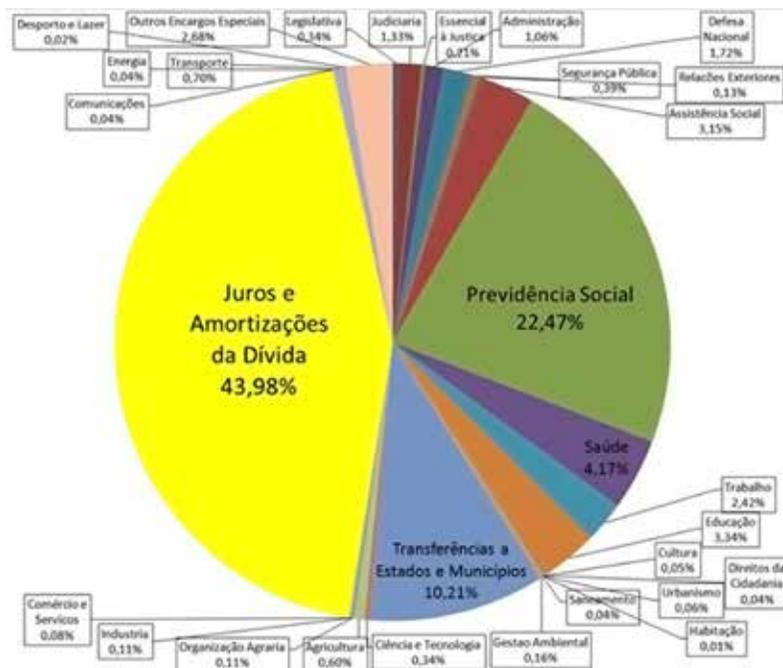
Governo prioriza pagamento de juros da dívida ao invés de investir em áreas sociais

Apesar de estar classificado entre as 10 maiores potências econômicas do mundo, o Brasil continua ocupando o 84º lugar no índice de atendimento aos Direitos Humanos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). O país contabiliza cerca de 14 milhões de analfabetos e 29,5 milhões de analfabetos funcionais. Tal quadro não poderia ser diferente, uma vez que a prioridade do Orçamento da União tem sido o pagamento de juros da dívida pública ao invés de áreas sociais, como educação e saúde.

Segundo o professor de Economia da Ufes, Helder Gomes, o Governo gastou R\$ 753 bilhões com juros e amortizações da dívida em 2012, ou seja, R\$ 45 bilhões a mais

que no ano anterior. “Isso é mais do que 40% do Orçamento da União do ano passado, enquanto para a rubrica da Saúde foi destinado 4,17% e para a Educação apenas 3,34% do mesmo orçamento. Essa é a seleção de prioridades do executivo federal”, criticou.

Na avaliação de Helder, o trabalhador é quem mais fica prejudicado com os cortes. “Seja porque é cada vez mais sujeito à baixa remuneração e às condições precárias de trabalho, ou ainda, por ser sobretaxado pelo regime tributário altamente regressivo, de cujos resultados se retiram boa parte dos recursos reais que são transferidos para a ciranda especulativa alimentada pelo endividamento público”, explicou.



Educação. A Campanha pela aplicação imediata de 10% do PIB na educação pública foi construída exatamente nesse

cenário. Além de exigir a ampliação de recursos, questiona as prioridades do orçamento do Governo Federal.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Nova tentativa de golpe a professor aposentado

A Adufes e, em especial, a Assessoria jurídica do sindicato, têm recebido denúncias de tentativa de extorsão de docentes em virtude de demandas coletivas antigas que ainda tramitam na Justiça. É o caso de processos que versam sobre diferenças salariais oriundas dos planos econômicos (Plano Bresser, etc).

Segundo relatos, os gol-

pistas se apresentam como advogados de Brasília ou de São Paulo. Eles pedem que sejam efetuados depósitos em contas correntes a título de custas processuais. É importante ressaltar que apenas o advogado do sindicato, Jerize Terciano, está autorizado a resolver demandas judiciais sob os cuidados da entidade. E, caso haja alguma cobrança ou pendência, somente o setor jurídico está autorizado a fazer con-

tato com o associado.

É importante ressaltar que a assistência jurídica prestada pelo setor está contemplada na contribuição sindical. O único valor que pode vir a ser solicitado ao docente ao longo de uma demanda judicial é o referente às custas processuais. Neste caso, o valor cobrado é repassado diretamente à Justiça Federal. Já as custas processuais de demandas coletivas são pagas pela pró-

pria Adufes.

O sindicato orienta aos associados que procurem a Assessoria Jurídica caso algum desconhecido faça contato mencionando algum tipo de ação judicial sob responsabilidade da Adufes. “É importante que o professor nos procure imediatamente. Jamais deve dar informações sobre o processo e muito menos efetuar qualquer depósito na conta de terceiros”, recomenda o advogado.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Temístocles de Sousa Luz
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes
1º tesoureiro

Rafael da Silveira Gomes
secretário geral

1ª secretária

Bernardete Gomes Mian
1º suplente

Susane Petinelli Souza
2ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo
3ª suplente

4ª suplente

Jornalista Responsável:

Giselle Pereira (Mtb 2644)

Vívia Fernandes (Mtb 447)

Designer Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares